UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO
Campus Universitário de Guarapuava
Centro de Ciências Sociais Aplicadas – SESA
Departamento de Ciências Contábeis - DECIC/G

Curso:	Serviço Social	Série:	2º	Turno:	Noite
Disciplina:	Legislação Social			Código:	2213- DECIC
C/H semanal:	02 h/a	C/H total:	68 h/a		

EMENTA:

As instituições de Direito no Brasil. Direitos e garantias fundamentais da cidadania. A organização do Estado e dos poderes. As Constituições Federal e Estadual e as Leis Orgânicas dos Municípios. A Legislação Social : CLT, LOAS, ECA, SUS, SUAS, Estatuto do Idoso, PPD, organização sindical, agrária e outras. Relações jurídicas no marco da integração supranacional (MERCOSUL e ALCA). A legislação profissional.

I. OBJETIVOS:

O objetivo principal da disciplina de Legislação Social é apresentar ao acadêmico uma visão geral sobre o sistema jurídico nacional e internacional (Leis, doutrina, jurisprudência, etc.) orientando ao uso como ferramenta do trabalho, imprescindível ao profissional da área social.

II. PROGRAMA:

1. INSTITUIÇÕES DE DIREITO NO BRASIL
2. AS CONSTITUIÇÕES
 - 2.1 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
 - 2.1.1 Organização do Estado e dos Poderes
 - 2.1.2 Direitos e garantias Individuais e Fundamentais da Cidadania
 - 2.2 AS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS
 - 2.2.1 Noções Gerais
 - 2.2.2 A Constituição do Estado do Paraná
 - 2.3 AS LEIS ORGÂNICAS DOS MUNICÍPIOS
 - 2.3.1 Noções Gerais
 - 2.3.2 A Lei Orgânica do Município de Guarapuava-PR
3. A LEGISLAÇÃO SOCIAL
 - 3.1 Consolidação das Leis do Trabalho
 - 3.2 Código Civil/2002
 - 3.3 Código Penal
 - 3.4 LOAS
 - 3.5 Estatuto da Criança e do Adolescente
 - 3.6 Sistema Único de Saúde
 - 3.7 Legislação do Idoso
 - 3.8 PPD
 - 3.9 A Organização Sindical
 - 1.1 Legislação Agrária
4. AS RELAÇÕES JURÍDICAS SUPRANACIONAIS
 - 4.1 A ONU
 - 4.2 O MERCOSUL
 - 4.3 A ALCA
5. LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL

III. METODOLOGIA DE ENSINO:

As aulas serão expositivas, com desenvolvimento de trabalhos em sala de aula e extra-classe, visando conhecimentos e fixação dos conteúdos teóricos e práticos.

IV. FORMAS DE AVALIAÇÃO:

Visando avaliar a retenção de conhecimentos pelos acadêmicos, bem como, promover a discussão dos temas propostos, o método de avaliação constituirá em:

- a) Presença, participação e interesse na disciplina;
- b) Trabalhos em grupo; e
- c) Prova descritiva, subjetiva ou mista

V. BIBLIOGRAFIA

1. Básica
AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado. 42 ed. São Paulo: Globo, 2001.

DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de direito público e privado. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Resumo de Direito Penal. 22 ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Resumo de Direito Civil. 28 ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Resumo de Direito Administrativo. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Resumo de Direito do Trabalho. 22 ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Resumo de Direito Constitucional. 5 ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
NADER, Paulo. Introdução ao estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1980.
SIMÕES, Carlos. Curso de direito do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2007.

2. Complementar

Código Civil Brasileiro

Constituição Federal

Constituição do Estado do Paraná

Lei Orgânica do Município de Guarapuava

Código Penal

LOAS

Estatuto da Criança e do Adolescente

Aprovado em 08 /04 /10

Ata nº 005/2010

Chefe do Departamento Pedagógico: João Francisco Morozini

Nome do Professor: Anamaria Durski S. Burko